

PARADIGMAS DA INCLUSÃO, ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA

Inês Cristina Di Mare Salles¹
dimare@ig.com.br

A temática da educação inclusiva merece várias reflexões críticas sobre sua implementação. Precisamos analisar os vários aspectos sociais, políticos e econômicos que envolvem essa proposta. Encontrar um posicionamento coerente entre o real e o ideal tem sido objeto de estudo de vários educadores que discutem sucesso e fracasso escolar.

Segundo Cury (2001), a questão dos alunos portadores de necessidades educativas especiais – PNEEs - denuncia as diferenças humanas e problemas estruturais tais como, a desigualdade social. Vivemos numa sociedade de classes organizadas sob modo de produção capitalista, ou seja, uma estrutura que se sustenta a partir dos mecanismos de exclusão e a negação de direitos sociais.

A meta, Educação de qualidade para todos - Declaração de Salamanca - faz parte de um conjunto de pactos internacionais firmados na perspectiva dos direitos humanos, movimento que tem pouco mais de 50 anos.

Portanto, a educação inclusiva, o Estatuto da Criança e do Adolescente, vários aspectos da Lei de Diretrizes e Bases Darcy Ribeiro, as políticas de quotas nos concursos, nas universidades e nas empresas são vitórias objetivas de vários setores da sociedade na luta contra a sociedade excludente.

Deste modo, essas leis se constituem em nosso mais legítimo respaldo pela conquista de políticas públicas de curto, médio e longo prazo que garantam os direitos dos afrodescendentes, nordestinos, mulheres, idosos, portadores de deficiências e outros grupos considerados diferentes e minorias.

Este paradigma da diferença, do respeito à cidadania de todos os seres humanos pode ser considerado recente em termos de processo histórico de mudança de cultura, de crenças, hábitos e superação de

¹Educadora e Fonoaudióloga

Sócia fundadora da Escola de Educação Especial Tupambaí

Professora do curso de Pedagogia – FEITA e FESO

Membro da equipe de Educação Inclusiva no município de Porto Real - RJ

mitos, medos e tabus. Por isso ainda se percebe um abismo entre o texto das leis e a realidade concreta. Essa sensação vem causando, nos professores, uma certa ansiedade e até frustração. Precisamos encontrar formas de lidar com esta fase de transformação.

Em relação às PNEEs, podemos refletir sobre as dificuldades impostas por algumas deficiências orgânicas, algumas dificuldades estruturais e, conseqüentemente, pedagógicas e outras impostas aos próprios alunos, traduzidas pela desinformação e os preconceitos.

Pensar e discutir a inclusão das PNEEs torna-se desafiante, como aponta Carmo (2001), por levantar questões referentes às nossas resistências na mudança do paradigma da exclusão. Conforme a teoria de produção da subjetividade de Guattari (1986), nossa forma de ver, escutar e atuar reproduz as lógicas massificadoras e seriadas.

Dessa forma, o trabalho de reflexão sobre a realidade concreta, surge como espaço para a organização de novos meios de relação, de contato com a possibilidade de singularidades e abre caminhos para a cultura da sociedade de direitos e da educação inclusiva.

Costa (1999) realizou um estudo sobre a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, numa perspectiva inclusiva e, concluiu como princípio estruturador dessa política, a articulação dos vários setores da sociedade. É em torno da família, da escola e da comunidade que as redes se articulam e atingem objetivos conseqüentes.

Os problemas enfrentados pela escola são multifacetados e exigem respostas intersetoriais. Cada componente se constitui num fio; desenredar este nó e fortalecer a rede social da qual a escola faz parte, vem sendo apontado por Alves (1999), como alternativa de enfrentamento das situações.

Enfatizando estas proposições, Malbram coloca que "pretende-se, pois reduzir as desigualdades, não a diferença". Propõe um paradigma no qual interessa saber os tipos de apoios e recursos que se necessita para atender o desenvolvimento daquela pessoa como membro ativo da comunidade a que pertence.

Essas são premissas de nossa proposta de inclusão na Escola de Educação Especial Tupambaé e nos cursos de formação em Pedagogia dos municípios de Itaboraí e Teresópolis. Os princípios elaborados por estas instituições são fruto dos estudos, pesquisas e práticas sobre o tema envolvendo as principais universidades do país e as experiências de vários municípios, tais como, Porto Alegre, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, entre outros.

Em termos de metodologia de trabalho, nessa perspectiva inclusiva, indicamos uma estratégia que envolva a análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. Se esse instrumento foi produzido de forma participativa, como determinam as orientações do Ministério da Educação, a questão dos PNEEs pode ter surgido como demanda de trabalho.

É fundamental conhecer as proposições acumuladas pela comunidade escolar. Neste material pode-se encontrar vários passos necessários à inclusão que já podem ter sido elencados pelas próprias pessoas que vão lidar com os alunos PNEEs. Respeitar a produção coletiva daquela comunidade significa a valorização da participação, da experiência e do saber organizado do grupo.

Caso não haja um PPP que tenha sido construído pelo coletivo escolar, podemos avaliar a disponibilidade da equipe para a realização de um planejamento participativo, no qual serão apontados as principais questões e encaminhamentos valorizados por aquele grupo.

Nosso trabalho focaliza a construção de uma cultura cidadã na escola. Entendemos que existem informações, instrumentos que podem ajudar neste processo, mas, cada comunidade e escola precisam aprender a se organizar e assumir a responsabilidade do trabalho. Oferecemos vários tipos de suporte e acompanhamento conforme as necessidades de cada escola.

A partir da identificação das demandas, planejamos, conjuntamente com as equipes, algumas ações. Temos observado, por exemplo, que o trabalho com as famílias aparece como necessidade constante e prioritária em vários relatórios de planejamentos participativos.

Realizam-se oficinas objetivando uma tomada de consciência dos direitos que os pais têm desde assistência social, informações no pré-natal, parto e pós natal, aspectos da função educativa familiar. Nestes encontros são feitos exercícios de sensibilização para as dificuldades e prazeres do ato de educar respeitando as histórias de vida dos adultos e dos filhos, incluindo orientações específicas sobre algumas necessidades especiais. Com isso, facilita-se o entendimento do processo de inclusão e cria-se uma aliança construtiva entre pais, alunos e escola.

A demanda de trabalho com as famílias não pode mais ser negada. Elas são um elo fundamental na luta pelas condições adequadas para a inclusão, ajudam a romper as barreiras das mentalidades e, aumentar a força de impacto das pressões políticas. A participação de

todos os envolvidos neste processo é considerada como a grande força necessária para os investimentos nos níveis de acessibilidade do currículo (obras, equipamentos, cursos), além dos investimentos na área social que atravessam o projeto de inclusão.

A frente do trabalho com os profissionais tem um lugar de destaque, pois como pontua Glat (1995), os professores, terapeutas e médicos são as pessoas de referência da família para aprender a lidar com as diferenças dos filhos PNEEs. Isto significa que os profissionais, não só os professores, precisam ter uma formação que enfatize a reflexão sobre uma prática inclusiva.

Sobre esse aspecto, retomamos o PPP e propomos implementar as alternativas que possam ter sido sugeridas pela comunidade, no sentido de criar espaços intersetoriais, estudos de casos, reuniões interinstitucionais, discutindo as questões que tenham relevância nos encaminhamentos dos alunos PNEEs.

Observamos que este esquema de "tecer a rede de ação social" tem produzido transformações positivas em vários segmentos, principalmente nas questões que envolvem omissão de órgãos públicos, maus tratos e violência doméstica, recursos para exames, óculos, aparelhos auditivos, cadeiras de rodas e prevenção às DSTs/drogas.

Um outro grupo de profissionais que enfatizamos a necessidade de trabalhar são os auxiliares de educação (cozinheiros, serventes, secretários e administrativos). Lembramos aquela máxima que todos os profissionais da escola são educadores. Entretanto, este grupo comumente não é contemplado com os cursos de formação, sobretudo na temática inclusão.

Glat (2000), reafirma várias vezes que a questão da inclusão passa pelo estabelecimento de relações pessoais entre a PNEEs e a comunidade escolar. Essa relação se constrói nos primeiros contatos da família na matrícula; nos momentos em que precisamos de ajuda dos serventes para limpar um aluno, na hora da merenda quando a equipe de cozinheiros precisa lembrar de alguns detalhes para um aluno ou outro.

É preciso também, destacar as orientações referentes aos cuidados na comunicação, na forma de fazer humor sem reforçar aspectos preconceituosos. Este cuidado deve ser desenvolvido em todos os setores (alunos, pais, profissionais), comumente nos flagramos "brincando" de debochar, de humilhar ou desqualificar as pessoas. Esse não é um problema que acontece só com os PNEEs.

Ainda em relação aos profissionais, percebemos que os professores estão assumindo papéis de orientadores educacionais, pais, assistentes sociais, enfim, tentando colaborar ao máximo com os alunos que sofrem mais dificuldades.

Nesta perspectiva de construção de uma cultura inclusiva, incentivamos os estudos sobre as diversas necessidades especiais orgânicas, psicológicas com o objetivo de instrumentalizá-los para avaliar, encaminhar e atender o aluno na sala de aula.

No entanto, incentivamos, também, que percebam a necessidade de algumas condições mínimas de trabalho para executar profissionalmente a atividade docente. Sem condições adequadas de ação educativa, não é possível construir inclusão. A questão da luta da categoria pelos seus direitos enquanto profissionais é determinante para romper com a cultura da escola dos pobres e dos ricos.

A escola inclusiva se concretiza na medida em que se conquista uma escola de qualidade para as classes desfavorecidas economicamente. Para tanto, é necessário o esforço dos professores se posicionarem enquanto profissionais, superando o mito do sacerdócio. Pode-se dizer que envolve uma espécie de inclusão profissional dos professores.

Investir no campo do conhecimento e da organização da categoria profissional para desenvolver um trabalho reconhecido socialmente, registrar e denunciar nos órgãos competentes os impedimentos ao seu desempenho adequado e utilizar a mobilização da sociedade para garantir o direito à Educação da população, são alguns dos aspectos a serem conquistados.

A proposta de construção da escola inclusiva exige que se utilize nova forma para lidar com os conflitos. Nesta caminhada, conhecemos a Pedagogia da Cooperação, dinamizada no Brasil pelo professor Fábio Brotto. A premissa básica converge com os anteriores, ou seja, aprende-se a participar de forma organizada. Utilizam-se jogos que propiciem a participação de todos. Em vez de se jogar uns contra os outros, joga-se uns com os outros para vencer um obstáculo. São jogos que exercitam o pensar e o agir cooperativo, inclusivo.

Se uma pessoa não puder participar de um jogo, é sinal de que se deve pensar sobre aquelas regras e adaptá-las, caso contrário não será um jogo cooperativo. São jogos de convivência que nos ajudam a transformar nossas posturas internas e grupais. Essa pedagogia tornou-se instrumento básico em nosso trabalho, nas reuniões com pais, alunos e profissionais.

Ainda lembrando Guattari, podemos dizer que as discussões sobre a escola inclusiva se relacionam aos sonhos de construção de um outro mundo possível, no qual haja dignidade para todas as pessoas. Entretanto, exigem o despertar da potência e da expansão da vida em cada um de nós, gerando novos e diferentes agenciamentos para fazermos juntos essa sociedade mais justa e solidária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, N., GARCIA, R. L. (Org.) Tecer conhecimentos em redes: o sentido da escola – Rio de Janeiro: DP&A, 1999
- BROTTO, F. O. Jogos Cooperativos: se o importante é competir, o fundamental é cooperar – Santos- S.P. : Ed. Projeto Cooperação , 1997.
- CARMO, A. A inclusão escolar: roupa nova em corpo velho. In: Integração, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial/Brasília No 23 /2001.
- COSTA, A.C. G. O nó e a rede: a articulação como princípio estruturador da política de proteção integral à criança e ao adolescente. Ed. Modus Faciendi – Belo Horizonte –M.G., 1999.
- CURY, C. R. J. Políticas da Educação: Um convite ao tema – Belo Horizonte- M.G. Ed. UFF, 2001.
- GLAT, R. A integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão – Questões atuais em educação especial. Vol. 1 Rio de Janeiro. Ed. Sette Letras, 1995.
- _____. Capacitação de professores: pré-requisito para uma escola aberta à diversidade. Revista Souza Marques, Vol. 1, Rio de Janeiro, 2000.
- GUATTARI, F., ROLNIK, S. Micropolítica – Cartografias do desejo – Rio de Janeiro – R.J. Ed. Vozes, 1986.
- MALBRAN, M. D. C. Modelos comunitários e deficiências: desafios para os profissionais. In: Integração, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial/Brasília (s.l.: s.n.).
- UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais: CORDE, 1994.



GRÁFICA DO INES — DÉCADA DE 30

